

# IMPACTOS DO PROGRAMA MULHERES MIL NA VIDA DE DISCENTES DO IFCE *CAMPUS* CANINDÉ

RENATA MARIA PAIVA COSTA<sup>1</sup>  
JULIANA SILVA LIBERATO<sup>2</sup>

<sup>1,2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)  
*Campus* de Canindé  
<sup>1</sup><renatampc5\_5@yahoo.com.br>, <sup>2</sup><julianasilva.liberato@gmail.com>

**Resumo.** O presente trabalho tem como objetivo conhecer os impactos do Programa Mulheres Mil na vida das mulheres participantes, assim como observar qual importância da educação na transformação social. Trata-se de um estudo de campo realizado com o grupo de estudantes de um curso de qualificação profissional desenvolvido através do Programa Mulheres Mil no *campus* de Canindé, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A partir de uma abordagem qualitativa, tem-se a intenção de apreender as compreensões e elaborações das discentes ao vivenciarem uma experiência educacional que tem como foco a perspectiva da inclusão social. A pesquisa se desenvolve por meio de questionário estruturado com perguntas abertas, em que as estudantes podem expor, através de um discurso livre, suas opiniões sobre a experiência de participar do Programa. Dessa forma, observa-se que as mulheres que recebem a capacitação profissional por meio do Programa desenvolvem não apenas sua capacidade laborativa, mas também outras habilidades intelectuais e emocionais que poderão contribuir para a construção de sua autonomia e para o vislumbre de novas perspectivas de vida.

**Palavras-chaves:** Educação profissional. Gênero. Inclusão social.

**Abstract.** The present work aims to know the impact the "Mulheres Mil" Program caused in lives of women participants, as well as observe what importance education has in social change. This is a field study conducted with a group of students from a vocational qualification course developed through the "Mulheres Mil" Program on campus Caninde, from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará. From a qualitative approach, we aim there is the intention to grasp the insights and elaborations of the students when they experience an educational experience that focuses on the perspective of social inclusion. The research was developed through a structured questionnaire with open questions, in which students were able to expose, through a free speech, their thoughts about the experience of participating in the Program. Thus, it was observed that women who received professional training through the Program have developed not only their working capacity, but also other intellectual and emotional skills that will contribute to the construction of their autonomy and the glimpse of new life perspectives.

**Keywords:** Vocational education. Gender. Social issue.

## 1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da inclusão social através da educação, na contemporaneidade, aparece como proposta para a superação de situações adversas vivenciadas por grande parte da população brasileira. Situações provocadas pelo acirramento da questão social, num cenário de capitalismo selvagem, acumulador de riqueza e socialmente excludente.

Entende-se a questão social como o produto das desigualdades sociais emergentes do sistema de produ-

ção capitalista. À educação, nessa conjuntura, é atribuída uma importância primordial, como instrumento que pode fornecer as ferramentas para o enfrentamento das sequelas da questão social, presentes no cotidiano das populações menos favorecidas economicamente. Ao mesmo tempo, o pouco investimento na educação aparece como fator que contribui para a intensificação da desigualdade social no país.

Grande parte da população vivencia uma situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza e da

violação de direitos. As diversas faces da questão social como o desemprego, a violência urbana e doméstica, a drogadição, a inclusão marginal, a pobreza extrema são fenômenos que permeiam a vida de indivíduos e os colocam numa posição de risco iminente, demandando ações urgentes para reverter esse quadro de degradação.

Quando se faz um recorte de gênero, observa-se que quando se trata sobre vulnerabilidade social, a posição da mulher se encontra ainda mais agravada, visto que está submetida a uma condição de subalternidade e de negação de direitos. Historicamente, a posição imposta à mulher na sociedade é secundária, e isso fez com ela se tornasse vítima de injustiças que se perpetuam até hoje. A condição de subordinação da mulher no meio doméstico ultrapassa as paredes do domicílio e desemboca no âmbito das relações sociais, no trabalho, na política.

A ausência de reconhecimento da mulher como um sujeito de direitos, a impossibilitou de constituir a sua cidadania, impedindo-a de ter acesso a bens, serviços e processos a que todos os indivíduos deveriam ter direito. A situação servil que a mulher sempre viveu, projetou na mentalidade dos seres, e dela própria, a ideia de que a submissão de suas vontades, anseios e sonhos em favor dos de outros é natural. Estar subordinada à vontade dos pais, do marido, dos filhos, dos padrões, sempre significou algo comum na sociedade, enraizando cada vez mais a concepção de que a mulher desempenha um papel secundário. Tais motivos tiraram da mulher as oportunidades de exercer a sua cidadania e a sua participação efetiva na sociedade. Motivos que também a fizeram vítima de diversas formas de violência, desde a negação do acesso à educação até à violência doméstica cometida por maridos e companheiros.

Dessa maneira, observa-se que estratégias de embate são emergentes para reverter esse quadro e proporcionar às mulheres o resgate do seu valor e da sua importância no âmbito individual, familiar e na sociedade, sendo, portanto, fundamental a implementação de ações que forneçam as ferramentas de transformação da vida das mulheres, para que elas possam vislumbrar novas possibilidades em suas realidades. Assim, a educação emerge como meio de identificar oportunidades de acesso, de inclusão e de constituição da autonomia desses seres, tornando-as aptas a construir sua história e exercer os seus direitos. Uma das estratégias organizada pelo Estado é o Programa Mulheres Mil, no âmbito da educação, o qual visa fornecer capacitação profissional para mulheres, bem como objetiva alcançar a elevação de suas escolaridades. Aliado a esse objetivo central, o referido Programa pretende contribuir com o fortalecimento da política de igualdade de gênero, diminuir os

índices de violência contra a mulher e ampliar o debate em torno das questões de gênero na sociedade.

Dessa forma, a necessidade de se conhecer os impactos desse Programa na vida das mulheres atendidas no *campus* de Canindé, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), incitou a realização desse estudo, em que são mostrados os resultados alcançados pelas discentes após concluírem o percurso formativo.

A partir de uma abordagem qualitativa, a qual “[...] aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2000, p. 22), a presente pesquisa buscou adentrar no universo de símbolos e conhecer o que a experiência de participar de um programa educacional proporcionou nas discentes atendidas. Por meio de questionário elaborado com perguntas abertas, puderam-se identificar com riqueza de informações, as impressões que as discentes tiveram ao vivenciarem o cotidiano de aprendizados adquiridos e construídos na instituição. Tais impressões estão expressas no trabalho, através de depoimentos contidos nos questionários de algumas participantes, para as quais são adotados nomes populares de plantas típicas do semiárido brasileiro, identificando o período de aplicação dos questionários. A escolha dos pseudônimos se deu pelo fato de aquelas plantas mostrarem força e resistência em meio a condições adversas, tal como a realidade das discentes participantes do referido Programa.

## 2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LUGAR DA MULHER NA SOCIEDADE

Muitas ações, programas e políticas hoje têm foco nas mulheres, logo se faz necessário identificar algumas questões pertinentes ao universo feminino para se compreender a gênese do investimento no atendimento a esse público.

Por muito tempo a mulher ficou relegada a uma posição secundária, resignada em sua condição de subordinação, numa sociedade marcadamente patriarcal, em que seu papel pouco ou nunca ultrapassava o de procriadora. À “rainha do lar” eram reservadas as funções de cuidadora da casa, da família, de mantenedora das condições favoráveis à reprodução da sobrevivência. Uma tarefa árdua para a qual não era, na maioria das vezes, atribuído o valor merecido. Com o passar dos tempos, no entanto, a mulher começa a ultrapassar os limites então impostos a ela, principalmente quando se dá sua entrada no mundo do trabalho, pois ela começa a se perceber como sujeito dotado de potencial de transformação.

A entrada das mulheres na cena coletiva, através da reivindicação de seus direitos civis e políticos, da incorporação expressiva no mercado de trabalho remunerado fora do lar, e do acesso aos diferentes níveis educativos trouxe - ao mesmo tempo - uma fratura do espaço público, tradicionalmente considerado território masculino, com a constituição paralela de um espaço predominantemente feminino (CRUZ, 2012, p. 190).

Principalmente a partir do século XX, se observa essa ruptura com a ideia ultrapassada de que o lugar da mulher é no ambiente doméstico. Pelo contrário, nessa conjuntura, entende-se que o seu lugar é onde ela quer estar, participando ativamente da cena social, nos âmbitos político, educacional, religioso e cultural. A partir desse movimento, observa-se o despertar para a luta por igualdade de condições, em que a mulher pudesse ter possibilidades de construção de sua cidadania, até então negada. Dessa forma, o público feminino identifica seu espaço e busca pela ampliação dele, num processo de constate reconhecimento de seus direitos. Cruz (2012, p. 190) ressalta que,

é importante destacar que, mais do que conquistas efetivas marcadas pelo século passado, as possibilidades concretas de superação das desigualdades sobre as quais a nossa sociedade está assentada dependerão da organização e participação de homens e mulheres nos espaços de decisão da sociedade civil.

A questão da igualdade se realiza quando a mulher se reconhece como sujeito de direitos, os quais devem ser respeitados e exercidos em sua plenitude. Assim, o marco para o reconhecimento e auto reconhecimento da mulher como sujeito de direitos ao longo do século passado foi a sua participação na vida política e no mundo do trabalho. Ela, então, emerge como ser dotado de poder de decisão sobre sua vida e sobre uma coletividade.

Há ainda de se considerar que a entrada e permanência da mulher nos espaços educacionais, onde se observa um processo de elevação da escolaridade, em muito contribuiu para que ela pudesse questionar a sua posição no cenário social.

Com a expansão da escolaridade, mudanças culturais levaram a revisão do papel social das mulheres, constatando-se sua maior participação nas lutas sociais, impulsionando uma nova visão do papel das mulheres na sociedade (CRUZ, 2012, p. 195).

A entrada no mundo do trabalho, a inclusão educacional e o reconhecimento como sujeito de direitos impulsionou a mulher a cobrar ações específicas para a sua categoria. Várias conquistas foram observadas, a partir do momento em que a mulher saiu da passividade e começou a atuar na sociedade em busca de melhorias para a sua condição. Mais ainda, ela busca igualdade de condições e de acesso, num processo de construção da sua história, da sua autonomia e sua emancipação.

Não obstante a isso, percebe-se que num panorama de acirramento da questão social, as mulheres sofrem os seus impactos mais fortemente, com a crescente expulsão e/ou não inserção no mundo do trabalho e com a dupla ou tripla jornada por sua sobrevivência e de suas famílias. São situações que o sistema capitalista impõe, em que esses sujeitos ou se tornam reféns ou se rebelam contra ele, inaugurando um processo de busca por melhores condições de vida.

Com isso, observa-se que a mulher vem reivindicando o exercício dos seus direitos, num movimento que força a elaboração de respostas para suas demandas por parte do poder público e da sociedade como um todo. Dessa forma, a pressão que é exercida sobre esses atores expressa a constituição de ações que visam atender às necessidades e anseios desse ser. Pode-se citar, por exemplo, a criação da Secretaria de políticas para Mulheres junto à Presidência da República e a constituição do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, exigências de movimentos sociais e feministas.

Assim, torna-se fácil compreender que a expansão de programas, projetos e políticas voltadas para o público feminino não se deu por acaso, mas a partir de um grande processo de rupturas e construções de novos consensos sobre o lugar da mulher na sociedade e o papel exercido por ela.

É perceptível, entretanto, que apesar desse processo de transformação, ainda há muito a ser superado. A mulher, neste século, ainda vivencia situações de degradação, subalternidade e negação de direitos. Realidades em que se identificam cenários de violência doméstica contra mulheres; situações de desigualdade no mercado de trabalho, onde mulheres que exercem a mesma profissão de homens são remuneradas com valores inferiores; situações de degradação da imagem quando é colocada em posição de objeto com apelo sexual. Enfim, ainda se faz necessária à ampliação de políticas públicas específicas para mulheres, visando a efetivação dos direitos da mulher, num exercício constante de respeito a sua dignidade.

### 3 PROGRAMA MULHERES MIL NO IFCE *CAMPUS* DE CANINDÉ

O Programa Nacional Mulheres Mil, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), surge como alternativa para oportunizar ao público feminino o acesso ao sistema educacional, proporcionando o aprendizado de novos saberes capazes de instrumentalizar as mulheres assistidas para constituição de seu processo de emancipação. “Por meio da formação e elevação de escolaridade, pretende-se dar-lhes condições de melhorar seu potencial de empregabilidade, a qualidade de suas vidas, de suas famílias e de suas comunidades” (BRASIL, 2012a, p. 3). Inúmeros cursos de qualificação profissional são desenvolvidos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todo o país, ofertando uma gama de conhecimentos em diversas áreas de atuação profissional. A oferta de capacitação profissional pelo IFCE *campus* Canindé às mulheres, em situação de vulnerabilidade social, severamente atingidas pela questão social, viabilizada pelo Programa Mulheres Mil, cumpre com o compromisso dos IFs em promover a cidadania e inclusão social e das Metas Estabelecidas pelo Termo de Acordos e Metas-TAM junto ao MEC.

No conceito de inclusão, temos que abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância, através de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou quanto à orientação sexual (PACHECO, 2010, p. 10).

Nesse sentido, a educação deve estar afinada com a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, numa perspectiva democrática e de justiça social. Assim, os IFs apontam uma proposta que vincula a educação a um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos segmentos explorados e com a superação da desigualdade social e de gênero.

O *campus* de Canindé aderiu ao Programa Mulheres Mil no ano de 2012 e procurou atender, prioritariamente, as mulheres da zona urbana da cidade, moradoras das áreas periféricas, em que a questão da vulnerabilidade social é mais evidente. Isto porque as situações de pobreza e violação de direitos incidem veementemente. Considerando-se ainda que, se trata de um município situado no interior do estado, numa região árida,

com recursos naturais precários e com parco desenvolvimento econômico, em que as oportunidades de acesso a bens e serviços necessários à plena sobrevivência da população são limitados.

O município de Canindé está localizado a 120 km de Fortaleza, capital do Ceará, na região denominada Sertões de Canindé, que compreende os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. Com uma área territorial de 3.208.462 km<sup>2</sup>, Canindé apresenta uma população de 74.473 habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2010, sendo que 36.912 são homens e 37.561 são mulheres. Parte dessa população se encontra na faixa etária de 15 a 39 anos de idade, correspondendo a 40,50% do total. Deste montante, 20,37% são de mulheres nessa faixa de idade. O território urbano concentra a maioria da população, em que se verifica uma massa de 46.875 habitantes, e na zona rural se identificam 27.598 habitantes. Dessa maneira, observa-se a existência de uma população predominantemente urbana e jovem, a qual demanda um maior compromisso com o desenvolvimento de políticas nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social.

No que se refere ao cenário econômico, Canindé apresenta como principais atividades aquelas ligadas aos setores de Agropecuária (11,62%), Indústria (29,63%) e Serviços (58,74%), segundo dados da Prefeitura Municipal de Canindé. Observa-se, assim, que o setor de serviços é a base da economia canindeense, com destaque para as atividades ligadas ao comércio varejista. A hotelaria e alimentação são outros serviços que vêm ganhando ênfase na economia, devido ao potencial turístico religioso presente no município. Evidencia-se, no entanto, que os setores econômicos são incapazes de absorver a demanda de emprego/trabalho apresentada pela população, deixando parte desta sem os meios de produção e reprodução da sua sobrevivência. Dessa forma, muitas famílias que se encontram em situação de pobreza compõem uma imensa lista de beneficiários de programas de transferência de renda do governo federal, como o Programa Bolsa Família. De acordo com dados da gestão do Cadastro Único em Canindé, atualmente mais de 13 mil famílias são beneficiárias do Bolsa Família, cuja renda é a principal ou única utilizada para suprir as necessidades básicas dessas famílias.

Semelhante a tantos outros municípios brasileiros, Canindé vivencia uma realidade de escassez, tanto no aspecto referente aos recursos naturais, quanto no que remete ao usufruto dos produtos do capital. A desigualdade social é evidente e se expressa da forma mais perversa quando se observa as condições precárias em que

vive grande parte da população. Principalmente na periferia da cidade, percebe-se a realidade de privações que centenas ou milhares de famílias vivenciam, e se encontram em situação de vulnerabilidade social, principalmente em decorrência da pobreza.

Levando-se em consideração essas características do município, foi formada então a primeira turma do Programa em Canindé, sobre a qual foi feita a presente pesquisa. Seguindo a metodologia preconizada pelo Programa em atuar na perspectiva da inclusão, formou-se um grupo de 30 (trinta) discentes com um perfil heterogêneo, composto por mulheres de idades e escolaridades diferentes, porém com vivências comuns como o matrimônio e a maternidade precoces, o abandono dos estudos, o desemprego, dentre outras situações.

A composição da turma se efetivou a partir de um processo que envolveu uma rede de parceiros, detentores de um conhecimento mais aproximado do público-alvo do Programa. Nesse sentido, buscou-se estabelecer um diálogo com entidades da sociedade, como a Pastoral Social, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Território da Cidadania e a ONG Instituto Vida Melhor, a fim de subsidiar na seleção das participantes. Ao conhecer a realidade do município mais de perto, esses parceiros se apresentaram como fundamentais para a identificação das regiões menos favorecidas, em que a necessidade de intervenções nas áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social são mais urgentes. Dessa forma, tais contribuições foram básicas para a identificação dos sujeitos participantes do Programa; muitos deles marcados por histórias de perdas e negação de direitos, que, em muitos casos, eliminaram ou adiaram a construção de projetos e objetivos pessoais. São realidades que se entrecruzam e que são permeadas de riqueza de experiências, fazendo do grupo um campo de exploração de potencialidades e talentos até então reprimidos.

As estudantes eram moradoras da zona urbana da cidade, na sua maioria, residentes nos bairros periféricos, onde a pobreza é mais incidente. São eles: Alto Guaramiranga, Bela Vista, Monte, CAN, João Paulo II, Campinas, Matadouro, Santa Luzia, Cachoeira da Pasta e Palestina. A faixa etária das mulheres atendidas variava de 20 a 54 anos de idade, a maior parte pertencente à faixa de 25 a 34 anos de idade.

A questão da vulnerabilidade social das alunas ficou evidente, quando se observou os dados relativos à renda familiar, pois a renda *per capita* familiar era inferior a meio salário mínimo em 100% dos casos. Considerando-se ainda que a renda familiar era composta por atividades remuneradas eventuais, complementada por benefícios de programas sociais do governo.

No que se refere à escolaridade, observou-se que o acesso à educação foi restrito, visto que do grupo de trinta (30) mulheres, treze (13) tinham o ensino fundamental incompleto e apenas nove (9), o ensino médio completo. E, ainda, 16 (dezesseis) estavam afastadas dos estudos há mais de 10 anos. Em se tratando da situação profissional, constatou-se que 13 (treze) mulheres estavam em busca de emprego (desempregadas), 6 (seis) nunca trabalharam fora e 11 (onze) se declararam autônomas (mercado informal de trabalho).

A heterogeneidade de público tratado incitou o desafio de elaborar uma intervenção afinada com a especificidade do grupo e comprometida com o propósito de fornecer uma formação profissional de qualidade, capaz de instigar o espírito crítico, criativo, empreendedor e laborativo das mulheres atendidas. Tal compromisso se mostrou necessário, visto que as educandas ingressaram nessa nova realidade acadêmica cheias de expectativas e desejos de atingir metas planejadas, mas que por inúmeros motivos, foram abandonadas.

Trabalhar com as expectativas dessas mulheres é um campo bastante complexo, pois se faz necessário uma abordagem cuidadosa, para que novas frustrações não fossem experimentadas por elas. Pessoas que diversas vezes tiveram sonhos podados e que, como numa espécie de proteção, costumam acreditar em promessas. Desse modo, as mulheres atendidas chegaram cheias de expectativas e ávidas por oportunidades capazes de transformarem suas vidas. Diante disso, o desafio se tornou ainda maior, era preciso desenvolver uma intervenção profissional fundada no compromisso ético de fornecer uma educação de qualidade; de maneira que novas perspectivas de vida fossem vislumbradas e novos meios de construir uma vivência o mais aproximada do ideal de autonomia e emancipação fosse possível.

#### **4 AS EXPECTATIVAS DAS EDUCANDAS DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFCE *CAMPUS* DE CANINDÉ**

Ao se abordar a temática das expectativas das educandas do Programa Mulheres Mil, percebeu-se que muitos de seus anseios giravam em torno de uma perspectiva economicista, em que a busca por condições de satisfazer as necessidades básicas de reprodução da vida era mais emergente. São sujeitos que vivenciam uma realidade de desigualdades, mas que a ela resistem e se opõem. Seres que reivindicam o básico para a sobrevivência, em que

[...] o básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela

se acrescenta. [...] o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados (PE-REIRA, 2007, p. 26).

Com a análise das entrevistas realizadas no processo de seleção das discentes, observou-se que, quando questionadas sobre as expectativas quanto à participação num curso profissionalizante e à obtenção de uma qualificação profissional, o desejo da inclusão no mercado de trabalho foi o objetivo mais almejado.

Do grupo de 30 (trinta) mulheres, 11 (onze) gostariam de participar do curso de capacitação profissional para ter mais oportunidades de trabalhar, de arrumar um emprego. Obter mais qualificação para atender ao mercado de trabalho foi a resposta de 05 (cinco). Quanto às expectativas, 06 (seis) disseram que suas expectativas eram aprender uma profissão, 07 (sete) almejavam aumentar a renda familiar por meio do aprendizado de uma profissão e 01 (uma) possuir uma certificação. Diante dessas manifestações, considerou-se que, no seu núcleo, o fator preponderante era o econômico. Mostra-se então, uma das facetas mais incidentes da questão social, ou seja, a precarização das relações de trabalho, que influi negativamente na realização das condições objetivas de vida, acirrando cada vez mais a situação pobreza. Como se pode perceber em alguns depoimentos, existe o desejo de se conquistar um lugar no mercado de trabalho para se garantir as condições de sobrevivência delas e de suas famílias:

“Espero ter mais oportunidades no mercado de trabalho e possuir uma certificação” (Q. Malva em maio/2013).

“Espero ter um aprendizado e que tenha a chance de arrumar um emprego e melhorar as condições familiares” (Q. Chanana em maio/2013).

“Espero ter muito aprendizado e maior oportunidade de trabalho” (Q. Camará em maio/2013).

“Espero que seja uma oportunidade de me capacitar para o trabalho e melhorar a renda” (Q. Bugi em maio/2013).

Na verdade, as expectativas das estudantes poderiam se resumir em uma só: a busca por uma qualificação profissional certificada, que oportunizasse a entrada e fixação no mercado de trabalho. O cunho economicista das respostas é facilmente explicado quando se leva em consideração que as demandas objetivas de reprodução da vida são tão gritantes e urgentes que não sobra espaço para outros anseios além do trabalho. É evidente que outras aspirações permeiam a vida dessas mulheres, mas ficam relegadas a segundo plano quando

observam que o mais importante são os meios de garantir a sobrevivência cotidiana.

## 5 IMPACTOS DO PROGRAMA MULHERES MIL NA VIDA DAS DISCENTES DO IFCE *CAMPUS* DE CANINDÉ

A proposta do Programa Mulheres Mil em si, ultrapassa o fornecimento de conhecimentos técnicos para a profissionalização e busca atingir a perspectiva de prover também uma formação mais completa, do ponto de vista teórico-crítico. Até mesmo porque um dos propósitos do referido programa é trabalhar o processo de autonomia e emancipação cidadã.

As diversas disciplinas estudadas para além do campo da profissionalização contribuíram para que as mulheres pudessem ter uma leitura mais apurada da realidade. Foi dada a elas a oportunidade de refletir sobre a dinâmica da sociedade, ultrapassar o senso comum e tecer um olhar crítico sobre o seu papel e lugar no mundo, bem como sobre os direitos que lhes assistem. Sendo assim, ao término do curso, quando lhes foi feita uma consulta avaliativa, observou-se que para muitas alunas dessa primeira turma, as experiências difundidas nas aulas foram além do repasse de métodos e técnicas para o aprendizado de uma profissão. É o que se pode observar no depoimento a seguir.

“Para mim foi uma experiência bastante agradável. Sempre tive muita vontade de fazer um curso assim e não tive a oportunidade, mas agora consegui e por isso sou uma privilegiada. Tentei aprender o máximo que deu, não desperdicei nada do que esteve disponível para mim. E agora que terminei estou me sentindo mais preparada para o sucesso” (Q. Catanduba em maio/2013).

Assim, percebe-se que o curso ofertado pelo Programa Mulheres Mil desperta as discentes para uma compreensão de mundo mais elaborada, que visa repercutir na tomada de atitudes condizentes com a posição de sujeitos sociais que podem protagonizar mudanças nos âmbitos individuais e coletivos.

Para 60% das estudantes, a capacitação profissional ofertada pelo Programa superou suas expectativas, principalmente por envolver conteúdos de disciplinas complementares, como ética, direitos das mulheres, artes, empreendedorismo e língua estrangeira, as quais as instigaram a estudar, refletir, questionar, propor; e, as incitaram a superar a mera posição de espectadoras e receptoras de conteúdos prontos. Assim, nessa experiência, as discentes tiveram a oportunidade de elaborar, de construir o conhecimento, como se pode verificar nas falas abaixo:

“Me senti muito feliz que eu aprendi a ver coisas que não tinha visto, e saí com mais vontade de aprender” (Q.

Jacarandá em maio/2013).

“Me senti de fato assistida, como aluna, como mulher. Nos deram a vara pra pescar e os rios de oportunidades estão aí, basta cada uma de nós buscar” (Q. Jurubeba em maio/2013).

Um fator relevante observado foi o acesso a um serviço qualificado. Acostumadas a serem alvo de “políticas pobres para os pobres”, permeadas de ações pontuais, serviços precários e de baixa qualidade, as discentes mostraram-se satisfeitas em estar envolvidas num projeto educacional com o suporte de profissionais qualificados e de uma estrutura adequada. Numa conjuntura em que as estatísticas são mais relevantes, os números se sobrepõem à eficácia e eficiência das ações; a questão do acesso não se resume apenas à quantidade de sujeitos atendidos, mas à quantidade de atendidos com qualidade, numa perspectiva de se superar um processo de inclusão marginal.

Um dos impactos que se pode considerar como positivo revela-se no âmbito da motivação das discentes. O retorno aos bancos escolares propiciou o ressurgimento da vontade de avançar nos estudos, mesmo daquelas que se encontravam há mais de uma década afastadas da escola. Aliado a essa motivação, existe o sentimento de superação das limitações e de poder ir além do que está posto, num exercício constante de elevação da autoestima.

Ao observar-se os depoimentos das discentes, percebe-se que a participação no Programa Mulheres Mil representou um marco em suas vidas, em que puderam se identificar como sujeitos de um processo.

“Quando me inscrevi pensava que era apenas curso de costura, mas quando cheguei aqui tudo era além do que imaginava” (Q. Mulungu em maio/2013).

“Me senti muito lisonjeada, porque tudo que conquistamos foi com muito esforço. Vou sair daqui mais forte, sabendo que posso enfrentar a vida” (Q. Jurema em maio/2013).

Assim, mais do que a conclusão de um percurso formativo, a experiência no Programa traduziu o verdadeiro sentimento de ser partícipe de um processo de construção e continuidade, o qual não se encerraria com a certificação, mas se daria, a partir de então, o início de novas configurações em suas vidas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a experiência documentada referente à primeira turma do Programa Mulheres Mil no IFCE *campus* de Canindé, observou-se que, de fato, as estudantes imprimem na educação a chance de encontrar subsídios para superação de situações adversas, típicas da sociedade em que se vive; onde a desigual-

dade social é crescente e de difícil combate. A educação, nesse sentido, na contemporaneidade, se apresenta como meio mais eficaz para transformação social, para auxiliar os indivíduos na superação das problemáticas causadas pelo agravamento da questão social.

Porém, é inegável reconhecer que a educação cada vez mais se rende a atender às demandas do capitalismo, dada a exigência e urgência de preparação de mão de obra qualificada para o trabalho, para a geração do lucro e da acumulação. Não se pode esquecer, ainda, de que a educação é um direito a ser exercido em sua plenitude, e não um bem a ser mercantilizado; e, cabe ao Estado garantir a efetivação desse direito. Além disso, é necessário uma educação que contribua para o protagonismo e emancipação humanos.

Assim, pode-se dizer que o Programa Mulheres Mil desenvolvido no *campus* de Canindé proporcionou impactos positivos ao grupo de mulheres atendidas, que vai desde a capacitação profissional até a elevação da autoestima. Não se pode desconsiderar, entretanto, que são necessários maiores investimentos, humano e material, para o melhoramento do Programa, pois para manter a qualidade do serviço prestado, é imprescindível o compromisso institucional em buscar meios de desenvolver o Programa sem se afastar do objetivo de contribuir para a inclusão social de mulheres, processo que exige articulação com as demais políticas públicas de governo, as quais como indica Silva (2010):

[...] devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil (SILVA, 2010, p. 156).

É passível de reconhecimento ainda, a necessidade de um maior investimento do Governo Federal em políticas inclusivas para mulheres, bem como para os segmentos estigmatizados da sociedade, como jovens, negros e idosos. Faz-se necessário que políticas sociais públicas sejam implementadas urgentemente, a fim de que se minimizem as sequelas da questão social, tão evidentes na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito*. Brasília: MEC, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Termo de Acordos e Metas*. Brasília: MEC, 2012.
- CRUZ, M. H. S. Trabalho e condições de vida de mulheres na realidade brasileira. In: *Conhecimento* Conex. Ci. e Tecnol. Fortaleza/CE, v. 8, n. 1, p. 28-35, mar. 2014

*feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro*. São Luís: Redor, 2012.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

PACHECO, E. M. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010. 26 p.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. S. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. O. da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, scielo, v. 13, p. 155 – 163, 00 2010. ISSN 1414-4980. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000200002&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200002&nrm=iso)>.